



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro  
Coordenação de Educação Superior  
Serviço dos Cursos de Pós-Graduação

IV. Por conseguinte, o Despacho n.º 1783/2024-DGER apresenta a seguinte determinação ao ILB:

*“Diante do exposto, nos termos da competência estabelecida no art. 58 do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf) e considerado o disposto no art. 132 do RASf, nos arts. 42, inciso III, e 43, inciso V, do Anexo IV do mesmo Regulamento e no Ato da Diretoria-Geral (ADG) n.º 26/2017, **ENCAMINHO** os autos a Vossa Senhoria para que notifique o servidor THIAGO CORTEZ COSTA, matrícula n.º 226674, **para manifestação prévia quanto à ausência de atividades acadêmicas no 1º semestre de 2023**, em desacordo com os termos regulamentares do afastamento deferido, concedendo-lhe o **prazo de 10 (dez) dias para manifestação**, nos termos do disposto no art. 44 da Lei n.º 9.784/1999, em face de possível descumprimento de ação de capacitação no 1º semestre de 2023.”*<sup>6</sup>

V. Nos termos das competências atribuídas às unidades diretamente subordinadas ao Instituto Legislativo Brasileiro (art. 40 do Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal – ROA)<sup>7</sup>, e diante da determinação do Despacho n.º 1783/2024-DGER<sup>8</sup>, foi encaminhado ao servidor para ciência e apresentação, no prazo máximo de 10 (dez) dias<sup>9</sup>, de manifestação prévia.

VI. Diante disso, o servidor enviou questionamentos preliminares por e-mail, os quais foram respondidos<sup>10</sup>. Posteriormente, o inquirido apresentou documento<sup>11</sup> com argumentos quanto às atividades acadêmicas desenvolvidas no 1º semestre de 2023. Destacam-se as seguintes ponderações do servidor:

*“(…) Eu estava matriculado em duas disciplinas no primeiro semestre de 2023. A última aula do semestre caiu no dia 29/06/2023. Encerradas as aulas, somente no dia 19/07/2023 eu pedi o trancamento geral justificado (por motivo de saúde). Ou seja, **tive a última aula. Entreguei os trabalhos. Recebi as notas dos trabalhos. Passaram-se 20 dias. Só então solicitei o***

<sup>6</sup> NUP 00100.084908/2024-15.

<sup>7</sup> Anexo do Ato do Presidente n.º 22, de 2022 (Redação dada pelo Ato da Comissão Diretora n.º 13/2023 e pelos Atos do Presidente n.º 16/2023 e n.º 4/2024, referendados pelo Ato da Comissão Diretora n.º 2/2024).

<sup>8</sup> NUP 00100.084908/2024-15.

<sup>9</sup> Conforme a Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 66, caput: “Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.” E consoante o § 2º do mesmo artigo: “Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.”

<sup>10</sup> NUP 00100.100864/2024-88, inserido pelo NASEGP.

<sup>11</sup> Manifestação apresentada pelo servidor no processo 00200.011565/2024-41 – NUP 00100.101456/2024-43.

